

RAÇA, CIÊNCIA E NAÇÃO EM LIVROS ESCOLARES NA ERA VARGAS (1930-1946)*

Dorval do Nascimento **

A ascensão de Getúlio Vargas e sua aliança ao poder em 1930 provocaram uma peculiar inflexão na estrutura estatal vigente, consolidada com o Estado Novo, a partir de 1937, que significou uma centralização autoritária do poder, em ruptura com certo federalismo da primeira República, consubstanciada em um projeto nacional, que se propunha modernizar o país pela via da industrialização e da urbanização, apresentando o governo como representante de todos os grupos sociais que formavam a nação. A construção, no decorrer desses anos, do projeto varguista de nacionalidade passava também pela necessidade de reconstruir, discursivamente, as representações do constructo povo brasileiro, adequando-o aos sinais que o novo regime lançava em direção à nação. As representações formuladas pelos intelectuais alinhados ao regime, bem como pelas políticas estatais postas em funcionamento, operavam a partir de um imaginário representacional de povo brasileiro, estabelecido desde finais do século XIX e que, de

* O presente texto resulta de um projeto de pesquisa coletivo que investigou a didatização, circulação e uso de textos durante o período varguista, em especial o Estado Novo. A pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq e FAPESC. Foi realizada por um grupo de docentes, inclusive o autor do artigo, do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESC, a quem agradeço.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

certa forma e a partir de diferentes correntes, permitiram pensar as alternativas para a nação, a partir da composição racial de sua população.¹

O objetivo deste artigo é refletir sobre as representações presentes em livros escolares brasileiros do período varguista, articuladas às concepções sobre a formação do povo brasileiro e os destinos propostos para o país, no contexto do projeto nacional formulado pelo governo getulista. Pensam-se as representações sociais como “esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção” e “como as matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social”,² isto é, esquemas de percepção do social, que se buscam impor de modo a prevalecer e moldar toda uma forma de ver e de julgar o mundo social. As representações aparecem articuladas a determinados imaginários sociais e é fundamental serem decifrados. Os imaginários sociais são, na definição dada por Bronislaw Baczko, um sistema complexo de representações que avalia e qualifica o real, um aspecto da vida social através do qual as coletividades atribuem sentido ao mundo, a si mesmas e aos outros, ou como afirma,

Através de seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc.³

Ora, os imaginários sociais operacionalizam-se através da produção de discursos, isto é, como um sistema de linguagem inteligível que busca modelar as representações, impondo aquele modo específico de

¹ Ver Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil* (1870 – 1930), São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 43-66; Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos, *Raça, ciência e sociedade*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / CCBB, 1996; Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 36-44; Olívia Maria Gomes da Cunha, “Sua alma em sua palma: identificando a ‘raça’ e inventando a nação”, in Dulce Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999), pp. 257-88.

² Roger Chartier, *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*, Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 72.

³ Bronislaw Baczko, *Imaginação social*, Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1985, p. 309.

representar o mundo a todo o corpo social. A intenção é capturar diferentes representações que compuseram índices de enunciação sobre as temáticas relacionadas ao povo brasileiro no período getulista, através da análise de alguns livros escolares daquele período. Entende-se por livro escolar “um compêndio especificamente organizado para fins de educação escolar e que pode ou não abranger diferentes áreas de conhecimento, com propósito formativo, segundo valores que se deseja sejam vinculados”.⁴ Como integrantes da política estatal de educação, os livros escolares portam conteúdos reveladores de estratégias representacionais, que permitem ao pesquisador refletir sobre os projetos hegemônicos de formação social. Porém, ao mesmo tempo, em vista da imponderabilidade do social, os livros escolares são mediadores de representações políticas e culturais presentes na sociedade e que, apesar do controle estatal, se expressam em suas páginas. Sua importância para a pesquisa advém também de seu uso na estrutura escolar, em um período em que a escola se tornou uma das principais instituições de socialização cultural e política.⁵

Os livros escolares que compõem o *corpus* documental deste artigo, constituído a partir de dois eixos, ciências naturais e história do Brasil, são os seguintes: *Primeiro ano de história natural*, de Miguel Tenório D’Albuquerque, editado em 1933; *Ciências naturais*, de Paulo Décourt e Aníbal Freitas, de 1945 (2ª edição); *Ciências naturais*, de Valdemar de Oliveira, publicado em 1946 (7ª edição); *Pequena história da civilização brasileira*, de Pedro Calmon, editado em 1938 (3ª edição), e *História do Brasil*, de Rocha Pombo, de 1943 (22ª edição). Os livros caracterizam-se, na definição de Alain Choppin, como manuais escolares, pensados e publicados explicitamente para utilização nas atividades de ensino, ou seja,

⁴ Rosa Lydíia Teixeira Corrêa. “O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação”, *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 52 (2000), pp. 11-24.

⁵ São inúmeros os estudos que têm os livros escolares como objeto. Para uma visão de conjunto, ver as referências seguintes, além daquelas citadas no texto: Catarina Albacete Garcia, “La ausencia de un concepto integrado de Europa en los manuales españoles de geografía escolar (1900–1936)”, in Giovanni Genovesi, *L’immagine de l’idea di Europa nei manuali scolastici (1900-1945)* (Milão: Franco Angeli, 2005); Antônio Augusto Gomes Batista, Ana Maria de Oliveira Galvão, Karina Klinke, “Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956)”, *Revista Brasileira de Educação*, n. 20 (2002), pp. 27-47; Circe Maria Fernandes Bitencourt. “Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)”, *Educação e Pesquisa*, n.30 (2004), pp. 475-91.

[...] são concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar. O manual e as publicações que gravitam em torno dele (...) se destinam sempre a uma disciplina, a um nível, a uma série ou a um grau e se referem a um programa preciso.⁶

Os livros de ciências naturais destinavam-se à terceira série ginasial e os de história do Brasil, ao ensino primário. A utilização de livros escolares de diferentes disciplinas e graus de ensino como fonte da pesquisa teve a intenção de diversificar as matrizes representacionais em circulação no período. Infelizmente, os dados a respeito dos autores das obras de ciências naturais são escassos, o que não permitiu a sua inclusão na análise, como ocorreu com os autores de história do Brasil. Proceder-se-á a descrição de cada obra, buscando-se o cruzamento e a discussão das estratégias discursivas nelas contidas.

Narrativas das raças nas ciências naturais

As obras de ciências naturais fornecem um material fundamental para se investigar as representações referentes à temática racial que circulavam no período, em vista de serem dotadas de um pronunciado cientificismo, e estarem, na intenção, formalmente desvinculadas, naquele momento, de uma teoria de povo brasileiro, ainda que, evidentemente, a ela se referissem implicitamente. Isso permite localizar representações mais explicitamente formuladas em relação a uma concepção de raças humanas, sem os cuidados que normalmente possuem obras de outras disciplinas escolares, como veremos a seguir.

A obra de Miguel Tenório D’Albuquerque, *Primeiro ano de história natural*, publicada em 1933 pela Editora Jacintho do Rio de Janeiro, divide-se em quatro partes: botânica, zoologia, mineralogia e geologia. As raças são tratadas na parte referente à zoologia, como primeiro item do estudo sobre o homem. D’Albuquerque expõe todo um complexo sistema de raças e sub-raças com o qual abrange toda a história da humanidade. O próprio fato de ele tomar a temática racial como o crité-

⁶ *Apud* Batista, Galvão, Klink. “Livros escolares de leitura”, pp. 27-47.

rio central do estudo do homem é revelador da importância que as representações sociais em torno das raças possuíam naquele período histórico. Afirma o autor que

vários são os aspectos sob os quais podemos estudar o homem, mas nos devemos restringir ao ponto **Raças**. É um ponto difícil e complexo e que, em geral, é feito deficientemente, atendendo mais particularmente a cor da pele, e formando: raça negra, vermelha, branca e amarela (destaque do autor do manual).⁷

A constatação do autor de que a “cor da pele” é insuficiente para definir as raças, o que parece ser uma afirmação de senso comum entre os autores do período, leva-o a estabelecer outras características morfodescritivas. Baseado em Broca quanto à forma da cabeça, e em Flower e Lydekker quanto ao ângulo facial, cor dos cabelos e pele, além de outras “particularidades físicas”, o autor conclui com a harmonização dos dois sistemas de classificação, definindo três tipos de raças principais:

- I - Tipo etiópico: A pele é quase negra, lábios grossos e cabeça tendendo para a dolicocefalia, cabelos carapinhas;
- II - Tipo mongólico: Tendo as maçãs do rosto muito salientes, pele vermelha ou amarela, cabelos negros direitos e lisos, e em geral falta de bigode e barba;
- III - Tipo ariano ou caucasiano: Pele branca ou morena, cabelos anelados ou tendentes a anelar, matriz louro, ruivo, castanho ou negro.⁸

Ainda que mobilize um elevando número de características físicas para determinar, de forma científica, a divisão da humanidade em raças, o autor acaba chegando à classificação definida há mais tempo e que tinha a cor da pele como critério, exatamente o que ele tentava evitar: negros, amarelos e brancos. Não obstante a importância dos índices fenotípicos em sua classificação, D’Albuquerque demonstra ter consciência de sua insuficiência:

⁷ Miguel Tenório D’Albuquerque, *Primeiro ano de história natural*, Rio de Janeiro: Jacintho, 1933, p. 59.

⁸ D’Albuquerque, *Primeiro ano de história natural*, p. 63.

É claro que só o estudo morfológico não basta para caracterizar a espécie no gênero humano e muitas vezes os irmãos são tão diferentes que poderíamos ser levados a considerar como representantes de espécies diversas, o que seria simplesmente absurdo.⁹

E acrescenta mais adiante:

Como dissemos, fatores vários devem intervir nessa classificação, e entre eles, o gênero de vida, a língua falada, seus hábitos, tradições, etc. (...). Assim como é fácil reconhecer diferenças físicas ou anatomo-fisiológicas entre os homens, é preciso também concluir uma relação entre esses dados e as qualidades psíquicas que variam sensivelmente com as raças, como conjunto dos caracteres psíquicos individuais.¹⁰

Traços fenotípicos, dados do mundo social e qualidades psíquicas são combinados para se estabelecer uma classificação científica das raças humanas. Essa forma de classificar, na qual se relacionam qualidades de personalidade e características sociais das raças e das sub-raças, aparece, por exemplo, quando o autor caracteriza os acádios como “navegadores – brancos”, os egípcios como “práticos”, os celtas como “emotivos, idealistas” ou os mongóis como “agricultores – amarelos”.¹¹ Assim, combinando diferentes índices de classificação, o autor chega a um esquema, “sob o ponto de vista cultural ou do evolucionismo da civilização”, que define os povos constitutivos da humanidade: “Povos incultos, cujo progresso é muito lento, sem escrita, vivendo em pequenos grupos” e cita os australianos, os índios da América do Norte, a maior parte dos negros e dos melanésios; “Povos semi-civilizados, cujo progresso é apreciável, embora lento”, como os abissínios, os malaios, os antigos egípcios, os árabes e os mongóis; finalmente, os “Povos civilizados, nos quais há rápido progresso, domina a iniciativa, escritura fonética e literatura desenvolvida. Há indústria e comércio lícitos com o exterior”.¹² Neste último caso, não há exemplos, por ser óbvio ao escritor e a seus leitores os grupos humanos a que se referem.

Combinando as duas classificações que o autor propõe – fenotípica

⁹ D’Albuquerque, *Primeiro ano de história natural*, p. 63.

¹⁰ D’Albuquerque, *Primeiro ano de história natural*, p. 64.

¹¹ D’Albuquerque, *Primeiro ano de história natural*, p. 61.

¹² D’Albuquerque, *Primeiro ano de história natural*, p. 66.

e civilizacional, e baseado nos exemplos que ele próprio nos dá, observa-se um esquema de classificação hierárquica que tem na base os povos incultos e os semicivilizados – negros e amarelos (tipos etiópico e mongólico, com predominância do primeiro dentre os povos incultos e do segundo, entre os semicivilizados); e, no topo, os povos civilizados – brancos (tipo ariano ou caucasiano). Ainda que utilize dados do mundo social e cultural, o autor acaba por corroborar a tradicional divisão da humanidade em três raças. Mudaram-se, de certa forma, alguns critérios classificatórios, porém se chegou à mesma conclusão, há muito estabelecida pelo imaginário pretensamente científico das raças.

Uma abordagem ainda mais centrada nos traços fenotípicos se encontra no livro *Ciências naturais*, de Valdemar de Oliveira, publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1946, em sua sétima edição, o que nos permite localizar sua primeira por volta dos anos de 1939/1940. O autor, segundo informações disponíveis na obra, era “professor de higiene, história natural, pedometria e biologia em diversos estabelecimentos de ensino superior e secundário do Recife, oficiais e particulares”.¹³ A obra está dividida em duas partes: a primeira intitulada “O Homem” (o corpo humano, a vida vegetativa, a vida de relação, coordenação das funções) e a segunda, “O Ambiente” (a água, o ar, o solo, higiene individual, habitação). As “raças humanas” são abordadas na terceira parte do primeiro capítulo dedicado ao corpo humano, após tratar das “divisões e proporções” e do “desenvolvimento e crescimento”. O tratar as raças em um capítulo dedicado ao corpo humano denota, no texto de Oliveira, a importância que as características fenotípicas têm em sua abordagem do tema. De fato, ao conceituar as raças, ele afirma que:

[...] eles [homens e mulheres] apresentam, de região a região do globo, de continente a continente, caracteres próprios individuais, transmitidos por herança, que os agrupam em **raças**. São estes traços que não nos permitem confundir um branco com um amarelo ou um negro. (...). Dentro dos quadros de uma mesma raça, encontramos variedades que, em todo caso, não se distanciam muito do tipo fundamental.¹⁴

¹³ Valdemar de Oliveira, *Ciências naturais*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 5.

¹⁴ Oliveira, *Ciências naturais*, p. 13 e 14. Destaques do autor do manual.

E acrescenta, tratando mais especificamente das características fenotípicas:

A antiga catalogação dos indivíduos em raças **branca, amarela e negra** não tem um valor absoluto, porquanto não é só a cor da pele que importa no critério de classificação racial. Outros caracteres intervêm, como sejam a natureza dos cabelos, o ângulo facial, o índice cefálico, o índice nasal, etc. Todavia, não há como fugir àquelas denominações clássicas – branca, amarela, negra – porque cada uma delas de fato engloba os indivíduos que apresentam o maior número de caracteres comuns.¹⁵

A partir dessa caracterização, Oliveira desenvolve os traços físicos particulares a cada raça, em termos de cor da pele, natureza dos cabelos, forma do crânio, forma do nariz, ângulo facial e caracteres secundários, como barba, fenda palpebral, molares, lábios e estatura, “e outros tantos pormenores, [que] nos fornecem elementos para diferenciar as raças”.¹⁶ Em cada item de distinção elencado, há o estabelecimento de índices (cefálico, nasal, facial) ou características (tipo de cabelo, por exemplo), que lhe permitem estabelecer contrastes raciais entre brancos e negros, como no caso da cor da pele e do tipo de cabelo, ou dividir os tipos em três categorias, que foram depois agrupadas para formarem as raças fundamentais, a que se havia referido anteriormente.

Ao tratar das raças no Brasil, Oliveira as designa como “grupos étnicos da população do Brasil” e, com base em Roquette-Pinto, as caracteriza como brancos, mulatos, caboclos (“mestiços de branco e índio”) e negros.¹⁷ Ainda que os indígenas estejam ausentes dos “grupos étnicos” arrolados, comparecem na última informação do texto, quando se trata da constituição estatística da população brasileira, em que se estabelecem os seguintes números: brancos, 51%; mulatos, 22%, caboclos, 11%; negros, 14%; índios, 2%.¹⁸ Em sua análise, ao que parece, o autor trabalha em dois planos distintos e inter-relacionados: um mais

¹⁵ Oliveira, *Ciências naturais*, p. 14. Destaque do autor do manual.

¹⁶ Oliveira, *Ciências naturais*, p. 17.

¹⁷ Oliveira, *Ciências naturais*, p. 18.

¹⁸ Oliveira, *Ciências naturais*, p. 18.

geral, em que estabelece os tipos raciais fundamentais, e outro, específico, em que tem que tratar do caso brasileiro e, portanto, da miscigenação que se produziu a partir das raças fundamentais. Daí a entrada em cena de mulatos e caboclos.¹⁹

Uma abordagem mais elaborada dos tipos raciais aparece na obra *Ciências naturais*, de Paulo Décourt e Aníbal Freitas, publicada em 1945 pela Editora Melhoramentos, em sua segunda edição. O prefácio dos autores indica que o livro foi originalmente publicado em 1944. Em relação aos autores, a obra informa somente que Paulo Décourt era professor do Colégio Universitário e Aníbal Freitas, do Ginásio de Campinas. O tema raças humanas é tratado na primeira unidade do livro, intitulada “O Corpo Humano”, após as subunidades “Divisões e Proporções” e “Desenvolvimento”.

Os autores organizam seu texto a partir do conceito de tipos constitucionais, tomado de Kretschmer.²⁰ Esses tipos seriam caracterizados tendo por base as diversas medidas do corpo humano e seriam em número de três: leptosoma, “mais comumente chamado longilíneo (...) é alto e delgado”; eurisoma, “de ordinário chamado brevilíneo (...), é baixo e atarracado”; e atlético ou normolíneo, no qual “a estatura é mediana, os ombros largos e a musculatura desenvolvida, representando a beleza masculina (*sic*) sob a forma melhor equilibrada”.²¹ Os autores ressaltam que, para a adequada classificação dos tipos constitutivos,

¹⁹ O elogio da mestiçagem para afirmar o país como constituído de tipos raciais assimilados certamente é um indicío de superação das teorias raciais baseadas em caracterizações fenotípicas, como afirma Sérgio Costa, “A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo”, *Tempo Social*, v. 13, n. 1 (2001), pp. 143-158. Não é o caso, entretanto, dos livros escolares analisados aqui, em que a temática é registrada sem que seja, necessariamente, elogiada. Além disso, é compatível o elogio, se houver, com uma posição que mantém hierarquia racial na composição do país. Para uma discussão sobre mestiçagem, além de Costa, ver Ricardo Ventura Santos, “Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional”, in Nísia Trindade Lima, Dominichi Miranda Sá, *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto* (Belo Horizonte: Editora da UFMG / Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008), p. 123-44; Alberto Luiz Schneider, *Sílvio Romero: hermenêutica do Brasil*, São Paulo: Annablume, 2005, e Lourdes Martinez-Echazábel, “O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança cultural?”, in Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos, *Raça, ciência e sociedade* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996), pp. 107-24.

²⁰ Paulo Décourt; Aníbal Freitas, *Ciências naturais*, São Paulo: Melhoramentos, 1945, p. 12.

²¹ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 12.

não basta apenas “uma simples inspeção, como querem alguns, mas, ao contrário, devem ser feitas cuidadosas medidas”.²² A utilização da antropometria como índice de cientificidade é uma constante no decorrer do livro.

A importância dos tipos constitucionais decorre, segundo os autores, de sua utilização como base para o estudo da propensão de determinados indivíduos a moléstias, do estabelecimento de caracteres psíquicos e da própria classificação racial:

A importância que se atribui a tais tipos constitucionais é devida a existência de correlações entre os caracteres morfológicos, fisiológicos e psíquicos dos diversos tipos considerados individualmente: assim, admite-se uma predisposição dos mesmos a diversas moléstias e correspondências nos caracteres psíquicos. Assim, os leptosomas seriam pouco expansivos, um tanto vingativos, concentrados, levados a exagerar suas tendências naturais, ao passo que os eurisomas seriam joviais, versáteis, satisfeitos da vida, convindo, todavia, ressaltar que os casos típicos são extremamente raros, encontrando-se de ordinário, os tipos intermediários (...). A valia atribuída aos citados tipos constitucionais aumenta ainda por se julgar existirem relações entre os mesmos e as diversas raças humanas.²³

Tendo por base os tipos constitucionais e a importância da medição do corpo humano, os autores buscam classificar as raças a partir de medidas fenotípicas, especialmente da cabeça, já que é nela que “os cientistas tem encontrado os melhores elementos para a distinção dos vários tipos raciais humanos”.²⁴ Fazem toda uma exposição sobre índice cefálico, facial e nasal. O primeiro é descartado em vista de que “os valores máximo e mínimo podem ser quase idênticos em grupos muito diferentes”,²⁵ da mesma forma que o facial, já que diversos tipos são encontrados entre diversos povos. O índice nasal é o preferido, especialmente – ao que parece – porque caracteriza bem, aos olhos dos autores, os negros e os amarelos – e sobre ele fazem uma longa exposição, para concluir que

²² Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 12.

²³ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, pp. 12-3.

²⁴ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 13.

²⁵ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 16.

os Amarelos têm um nariz pequeno e curto, com a base fina, a raiz larga e a aresta dorsal pouco nítida; os Negros têm-no muito chato e curto, ora com a base maciça, dilatada, tendo as asas muito desenvolvidas, ou então, menos maciça, parecendo com a dos Amarelos.²³

Posteriormente, os autores desenvolvem informações sobre os olhos, a cor da pele e os cabelos. O formato dos olhos é utilizado principalmente para caracterizar a “raça mongólica”, a cor da pele é descartada como índice fundamental, e os tipos de cabelos são considerados como “o mais importante dos caracteres antropológicos”.²⁴ Vale a pena reproduzir a caracterização das raças a partir dos cabelos:

O cabelo liso, rijo, retilíneo encontra-se nos Amarelos; o ondulado, mais ou menos sedoso, é observado nos Brancos e, por fim, os tipos crespo e encarapinhado nos Negros, sendo que nos grupos inferiores dessa raça o cabelo se apresenta extremamente enrolado em espiral e certo número de fios, que se acham próximos (...).²⁵

Os autores finalizam seu texto, após a exposição dos caracteres fenotípicos, com a apresentação dos grandes grupos raciais da humanidade: brancos, amarelos e negros (além de Pigmeus):

Os Brancos têm a pele, geralmente, pouco pigmentada, cabelo liso ou ondulado e macio, nariz leptorrino, maçãs do rosto pouco saliente; Os Amarelos apresentam pele cuja cor vai do amarelo ao verde azeitona, cabelos lisos, corridos, nariz saliente (mesorrino) e maçãs do rosto muito salientes; Os Negros de cor variando do castanho mais ou menos carregado ao negro puro, tem cabelos encarapinhados, por vezes em pimenta do reino, nariz chato e largo – platirrinhos – com acentuado prognatismo.²⁶

É de se destacar a caracterização que os autores fazem do “acentuado prognatismo” dos negros, já que haviam afirmado, algumas páginas atrás, que “o prognatismo é tido como traço de inferioridade racial e o ortognatismo, das superiores”.³⁰ A hierarquia racial que os autores

²⁶ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 17.

²⁷ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 21.

²⁸ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 21.

²⁹ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 23.

³⁰ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, p. 18.

de ciências naturais analisados propõem, implicitamente, em suas classificações torna-se explícita em Paulo Décourt e Aníbal Freitas. E isso na edição mais recente – 1944 – das obras analisadas até aqui, quando se poderia esperar, pela distância das teorias raciais do início do século XX, uma abordagem da temática a partir de outros parâmetros.

Quando trataram da cor da pele, os autores, baseados em Roquette-Pinto, repartiram os “atuais habitantes do Brasil” em quatro grupos: brancos, pardos (mulatos), amarelos (caboclos) e negros. Além desses tipos fundamentais, acrescentaram os mestiços³¹ resultantes dos cruzamentos das três raças fundamentais – “Branco, Negros, Amarelo (índio)”: mameluco, mulato, cafuzo, euriboca (“do cruzamento de índio com cafuzo”) e xibaro (“do cruzamento de negro com cafuzo”). Essa extensa descrição de tipos intermediários, da mesma forma que em Oliveira,³² parece ecoar a importância da mestiçagem como elemento fundante de novas interpretações identitárias em relação ao país e à América Latina,³³ ainda que não signifique a prevalência do que Costa³⁴ chamou de ideologia da mestiçagem.

Memória racial do povo brasileiro em livros escolares

Se as obras de ciências naturais articularam fundamentalmente a temática racial às teorias científicas ou pretensamente científicas do período, as da disciplina história do Brasil articular-se-iam principalmente com a discussão referente à formação da nação brasileira, em conexão com uma avaliação da presença das raças na história do país. Aquilo que, em ciências naturais, estava implícito, explicita-se completamente nas obras que discutiremos a seguir, em relação ao constructo povo brasileiro.³⁵

A obra *História do Brasil*, de Rocha Pombo, foi publicada pela Editora Melhoramentos e estava em sua 22ª edição, em 1943. O prefá-

³¹ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, pp. 20-1.

³² Oliveira, *Ciências naturais*.

³³ Martínez-Echazábal, “O culturalismo dos anos 30 no Brasil”, p. 110.

³⁴ Costa, “A mestiçagem e seus contrários”.

³⁵ Para uma discussão da reconstrução do passado brasileiro no período Vargas, centrada no Estado Novo, ver Angela de Castro Gomes, *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

cio indica que o livro foi publicado originalmente em 1918. Quando trouxe à cena sua obra, José Francisco da Rocha Pombo era um autor consagrado. Nascido em 1857, no Paraná, havia publicado inúmeras obras de literatura e história, além de ter sido deputado pelo Estado do Paraná, durante o Império.³⁶ Portanto, a obra deve ser entendida como produzida por um político e intelectual que fez carreira ao tempo do Império, publicada originalmente na Primeira República e aproveitada durante o regime varguista. Era um livro escolar consagrado.

Na obra, destaca-se o processo histórico das chamadas “invasões estrangeiras” e a defesa do Brasil. Rocha Pombo expõe longamente, em diferentes capítulos, a ocupação da nova terra por franceses no Rio de Janeiro, holandeses, no nordeste, e as disputas com espanhóis no sul do país, além da guerra contra o Paraguai. Tudo se parece passar como se o decorrer da história do país fosse aquela do estabelecimento de um território próprio à formação do Brasil.

Enquanto o território tem uma importância central na obra de Rocha Pombo, a formação do povo brasileiro não é explicitamente tratada. Relatam-se costumes dos povos indígenas que habitavam a terra recém-ocupada, fala-se dos negros trazidos pela escravidão e libertados pela lei áurea, mas não se articulam essas informações em uma concepção mais geral de formação do povo da terra. Quando trata dos negros, Rocha Pombo registra o que ele chama de “protestos da raça negra”, em especial o episódio de Palmares. Porém, o faz de tal forma que esvazia completamente toda radicalidade possível da exposição. A escravidão e as disputas em torno da libertação dos escravos são tratadas no limite do individual e do sentimental:

Pode-se dizer que desde que chegava ao seu exílio e se via em presença de uma raça superior, a emancipação era o sonho torturado do negro. E isso não exprimia apenas do desejo de ser livre como tinha sido lá na terra inclemente – livre como a caça, ou como a besta da floresta. O que o negro começava logo a aspirar era a condição nova cujos horizontes se lhe abriam como de súbito, a felicidade que via gozada pelo branco.³⁷

³⁶ Afrânio Coutinho, J. Galante Sousa (dir.), *Enciclopédia de literatura brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1990; Raimundo de Menezes, *Dicionário literário brasileiro*, São Paulo: Saraiva, 1969.

³⁷ Rocha Pombo, *História do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos, 1943, p. 157.

O que preocupa Rocha Pombo, além do território, é o desenvolvimento de temas políticos clássicos da história do Brasil, como a conjução mineira, a independência e a proclamação da República. Articulando território e Estado, conta sua história do Brasil sem a preocupação de formular uma teoria de nação. Percebe-se que sua história se articula propriamente à formação do Estado brasileiro.

Pedro Calmon trabalha com outros registros. Publicou a primeira edição de sua obra *Pequena história da civilização brasileira* em 1936, pela Companhia Editora Nacional. Pedro Calmon Muniz de Bitencourt nasceu na Bahia, em 1902, bacharelou-se em Direito em 1924 e, no ano seguinte, foi nomeado conservador do Museu Histórico no Rio de Janeiro. Foi também deputado estadual e federal, professor de diversas universidades brasileiras, tendo assumido vários cargos públicos importantes, inclusive o de reitor da Universidade do Brasil, em 1948, e o de ministro da Educação e Saúde, em 1950.³⁸

O livro de Pedro Calmon pode ser considerado, por suas preocupações e temáticas, como expressivo do espírito que animava a obra varguista no período. Calmon preocupa-se em construir uma história do Brasil que demonstre a formação da nação, em especial destacando eventos históricos que contribuíram para o estabelecimento do território e da definição da nacionalidade. O caráter cívico da obra é afirmado desde o prefácio:

Por outro lado, não vincularemos realmente ao amor do Brasil as gerações que surgem, se continuarmos a apresentar-lhes uma falsa ou pálida imagem do país, do seu passado, de sua evolução, do seu ‘processo’ histórico, sem procurar extrair do conhecimento dele as verdadeiras inspirações de patriotismo e dignidade cívica, que se aprendem na contemplação dos fatos e dos homens dos tempos idos.³⁹

A formação da nacionalidade como preocupação aparece desde o segundo capítulo da obra, intitulado “Os Habitantes da Terra”, quando trata dos indígenas em sua relação com o colonizador, tendo contribuído na formação de um tipo novo, o “mamaluco”, os novos donos do país:

³⁸ Raimundo de Menezes, *Dicionário literário brasileiro*.

³⁹ Pedro Calmon, *Pequena história da civilização brasileira*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 13.

Os portugueses deram-se bem com os costumes tupis. E porque não trouxessem mulheres brancas, ligaram-se às indígenas, e se “indianizaram” quase completamente. Filhos dessa união, de brancos e selvagens, foram os “mamalucos”. (...). Porém os “mamalucos” **eram verdadeiros brasileiros**. Criados pela mãe cabocla, esta lhes fez conhecer a alma das populações indígenas. O tupi foi a língua que aprenderam no berço. Mas do pai europeu herdaram o espírito aventureiro, a superioridade das raças civilizadas.⁴⁰

E acrescenta que “os europeus não ousavam ainda penetrar no interior do Brasil. Foram os “mamalucos” os primeiros “bandeirantes””.⁴¹ Além de narrar os primeiros lances da formação do povo brasileiro, pela miscigenação entre índios e portugueses, avaliada como positiva, Calmon trata também de relatar a formação de tipos regionais brasileiros. Assim, em conexão com as atividades econômicas do nordeste, tipifica o sertanejo como homem da região, o mesmo acontecendo em relação ao sul do país com o gaúcho. “Mamalucos” bandeirantes ao centro, sertanejo no nordeste e gaúcho no sul são os tipos sócio-humanos regionais que Calmon estabelece, como variação regional do homem brasileiro. Este teria sido formado a partir das raças geradoras do povo brasileiro, como afirma explicitamente ao dizer que “dos três elementos formadores do nosso povo, branco, índio e negro, este foi o mais numeroso no período colonial”.⁴²

A formação do sentimento de nacionalidade é articulada a partir das chamadas “invasões holandesas”. Quando trata das guerras de expulsão dos holandeses em Pernambuco, Calmon reafirma a presença das três raças formadoras do Brasil e o nascimento do sentimento de brasilidade:

Em 1645 os de Pernambuco, chefiados por Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, o índio Felipe Camarão e o preto Henrique Dias, se insurgiram também. A “insurreição pernambucana” não obedecia a ordens de Portugal: foi inspiração dos próprios colonos, que revelaram a consci-

⁴⁰ Calmon, *Pequena história da civilização brasileira*, p. 29 e 31 (destaque meu).

⁴¹ Calmon, *Pequena história da civilização brasileira*, p. 32.

⁴² Calmon, *Pequena história da civilização brasileira*, p. 37.

ência de seus interesses e um grande amor à terra brasileira. (...). Mas de guerra tão vasta ficou sobretudo um vestígio: o orgulho nativista (ou patriótico) das populações que os derrotaram. Porque o Brasil já então, estava formado.⁴³

Ainda que não descurasse da formação do território e dos episódios formadores do Estado brasileiro, como a independência e a república, com a notável ausência da conjuração mineira e de Tiradentes, a obra de Calmon organiza-se em torno da formação do povo brasileiro e do sentimento de pertencimento nacional, o que a vincula explicitamente às ações e às preocupações do governo varguista. Não faz, porém, nenhuma referência a Vargas. O livro termina sua narrativa em 1922, centenário da independência do Brasil. Nenhuma palavra sobre 1930 e o novo regime. Paradoxalmente, a obra mais umbilicalmente ligada ao novo governo, por suas concepções, não faz nenhuma referência a Getúlio Vargas.

Articulando raça e nação nos livros escolares

A breve análise dos livros escolares realizada aponta para a importância que a temática racial possuía nos debates do período sobre a classificação das nações e os lugares socioculturais que cada grupo deveria ocupar. Na análise das obras de ciências naturais em especial, observa-se a construção de um sistema hierárquico de raças humanas, tomada a partir do fenótipo, o que demonstra a importância que a antropologia física gozava naquele momento.⁴⁴ Nesse sistema é notável a permanência do imaginário da humanidade classificada a partir de três raças fundamentais: brancos, amarelos e negros. Utilizando-se do prestígio da antropometria, todos os índices adotados de medidas humanas – estatura, crânio, face, nariz, etc. – acabavam por confirmar a existência do esquema hierarquizado das três raças básicas referidas.

Os teóricos utilizados e citados nesses livros escolares de ciênci-

⁴³ Calmon, *Pequena história da civilização brasileira*, p. 85.

⁴⁴ Ricardo Ventura Santos, “Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX”, in Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos, *Raça, ciência e sociedade*, p. 133.

as naturais, como Paul Broca (1824-1880), Richard Lydekker (1849-1915), William Henry Flower (1831-1899) e Ernst Kretschmer (1888-1964), são basicamente vindos da zoologia ou da medicina, estudavam anatomia humana e animal ou psicologia e psiquiatria. Com atuação também em antropologia, como Broca, ou utilizados na caracterização dos grupos humanos, esses autores participam de uma matriz científica que buscava explicar as diferenças culturais e psicológicas da humanidade, a partir das características fenotípicas dos grupos humanos. Sua utilização em livros escolares, das décadas de 1930 e 1940 no Brasil, aponta para certa discrepância entre a formulação de teorias nos meios intelectuais mais avançados e sua difusão e popularização, ou ainda, de outro modo, a utilização social de representações produzidas em outros contextos históricos e que permanecem empregadas em materiais, no caso livros, de uso escolar, mesmo que outras sejam as exigências do meio social e político, em que os materiais estejam sendo usados.

Isso explica a dificuldade que esses autores de ciências naturais têm em lidar com o Brasil e a temática da miscigenação. Quando o fazem, limitam-se a citar as estatísticas de Roquette-Pinto e a acrescentarem mulatos e caboclos, no caso de Oliveira,⁴⁵ ou mestiços no caso de Décourt e Freitas,⁴⁶ mantendo as três raças fundamentais identificadas como brancos, negros e amarelos, estes últimos representados pelos índios. A formulação final aponta para o reconhecimento da miscigenação como processo legítimo de formação do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que se mantêm uma hierarquia racial centrada na utilização de traços fenotípicos. Isso significa que a passagem de um ideal de raça homogênea, presente nas discussões anteriores ao período varguista, para o reconhecimento de uma legítima nação mestiça não se deu de modo automático e sem dificuldades. Para além do discurso oficial, mantiveram-se representações que combinavam diferentes formulações de constituição da nacionalidade.

A saída para esse dilema encontrar-se-ia na utilização do que se denominou como fábula das três raças,⁴⁷ ao articular a temática racial

⁴⁵ Oliveira, *Ciências naturais*, p. 18.

⁴⁶ Décourt, Freitas, *Ciências naturais*, pp. 20-1.

⁴⁷ Roberto Da Matta, *Relativizando: uma introdução à antropologia social*, Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 58-85; Alcir Lenharo, *Sacralização da política*, Campinas: Papius, 1986.

com a formação da nacionalidade, a partir da noção de miscigenação e de democracia racial. Esta perspectiva está bastante bem desenvolvida na obra de Pedro Calmon, conforme análise realizada. Nesse caso, observa-se uma passagem do registro biológico das raças para outro – social e cultural – que permite considerá-las – brancos portugueses, índios “mamalucos” e negros – como formadoras do povo brasileiro. Nesse sentido, *Pequena história da civilização brasileira* é a obra que expressa mais exatamente as representações oficiais que articulavam raça – povo brasileiro – nação, e que foram postas em circulação principalmente a partir dos anos 30 do século XX. Renato Ortiz destaca que essas representações sociais foram demandadas pelas transformações pelas quais passou o país nas primeiras décadas do século XX, em especial a industrialização e a urbanização, com a formação de uma classe média e um proletariado urbano consideráveis, que tornaram obsoletas as teorias raciológicas e demandavam uma nova interpretação do Brasil, que encontrou clara expressão na obra de Gilberto Freyre.⁴⁸

Entretanto, não obstante essa lenta passagem para o registro cultural das raças, percebe-se a permanência de dois discursos ou, em outras palavras, de dois sistemas de representações que se articulam. Em um nível, realiza-se certa ruptura com as abordagens racialistas que caracterizaram, até então, os estudos sobre o povo brasileiro e o destino do país, valorizando as contribuições que cada grupo aportou à nacionalidade. Em outra dimensão, e concomitante a essa, permaneceram esquemas representacionais e discursivos, que organizavam os grupos humanos a partir de suas características fenotípicas, mantendo um sistema de classificação hierarquizada da população. Lenharo destaca a permanência, no discurso e na política, do ideal de branqueamento na valorização da miscigenação durante o período getulista, e que se expressou, por exemplo, na política de imigração.⁴⁹ Olívia Maria Gomes da Cunha também identificou “dois modos distintos de lidar com a chamada questão racial no período”.⁵⁰ De um lado, buscou-se requalificar a categoria “negro”, depurando-a de seu conteúdo racista e “não científi-

⁴⁸ Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, pp. 39-41.

⁴⁹ Lenharo, *Sacralização da política*, pp. 113-20.

⁵⁰ Cunha, “Sua alma em sua palma”, p. 260.

co”. Por outro lado, permanecia como adjetivo que desqualificava uma parte da população e era objeto de políticas de controle do Estado.

Enquanto substantivo, aparecia invariavelmente emoldurado pela autoridade do discurso oficial, sacralizado pelas hostes científicas que o definiam como um “tipo antropológico”. Como qualificativo, foi objeto sobretudo das instituições curativas e corretivas, sendo, portanto, passível de abordagens policiais e médicas. Se o substantivo tornou-se único, cativo dos livros e das discussões intelectuais, o adjetivo ganhou maior plasticidade na incontrolável pluralidade de termos que singularizavam e personalizavam os indivíduos no cotidiano das ruas e nas relações interpessoais. Se com o uso do substantivo pretendia-se classificar, o adjetivo era utilizado para descrever, perdendo densidade sempre que mediado pela situação.⁵¹

Para além de uma dicotomia entre discurso oficial e prática institucional, o que se verifica é a permanência de diferentes representações que articularam raça e nação no período varguista, encadeadas entre si, organizadas a partir das matrizes raça-miscigenação e raça-hierarquização, entendendo a nação como de população diversificada e racialmente hierarquizada. Como se observou na análise realizada, essas diferentes representações estiveram presentes nos livros escolares do período.

Texto recebido em 28/02/2011 e aprovado em 09/06/2011

⁵¹ Cunha, “Sua alma em sua palma”, p. 261.

Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre as representações presentes em livros escolares, relacionadas às concepções sobre a formação do povo brasileiro e os destinos propostos para o país no contexto do projeto nacional, formulado pelo governo getulista. Buscou-se explorar as representações constantes nesses livros e disseminadas no âmbito escolar, em articulação com as formulações relacionadas à identidade nacional.

Palavras-chave: livros escolares – raça – ciência – identidade nacional

Abstract

The objective of this text is to reflect on Brazilian textbook representations of the development of Brazilians as a people and the national directives proposed by the Getúlio Vargas government. Discourse on race in Brazil, as formulated by Brazilian intellectuals of the period, is contrasted with the way that concepts related to national identity were disseminated in the schools via textbooks.

Keywords: textbooks – race – science – Brazilian national identity